

## DANO MORAL NO DIREITO DE FAMÍLIA

Clayton Reis<sup>1</sup>

### 1. BREVE RELATO HISTÓRICO DO DIREITO DE FAMÍLIA.

É no curso da história que o ser humano modela o seu caráter. E, através do perpassar dos milênios e séculos, a sociedade humana consolida sua vocação de emancipação do espírito humano – uma longa trajetória de suor, sangue e lágrimas. O grande drama da pessoa se desenrola nos bastidores do teatro da vida, representado pela sociedade familiar. É no recôndito desse núcleo familiar, que se inicia a grande trajetória na procura do grande enigma da vida – o que somos, de onde viemos e para onde vamos? Os primeiros passos iniciados no núcleo familiar serão determinantes na construção de nossa personalidade. A família do século XXI está concentrada na sublime tarefa de “construir o cidadão”, destinada a erigir o *bonus pater familiae*, uma nova pessoa preparada para o ato de criar, amar e viver de forma solidária e participativa.

Nessa linha, Renata Barbosa de Almeida<sup>2</sup> proclama com precisão, “Não é em vão que o ambiente familiar é crido favorecedor da formação pessoal. Assim o é porque conta com um aspecto impreterível. As relações familiares são relações de afeto. A família contemporânea é uma família eudemonista. Hoje, é no espaço onde circula o amor que se constrói uma grande parte da identidade pessoal dos indivíduos (...). Consequentemente, a

<sup>1</sup> Magistrado Aposentado do TJPR. Doutor e Mestre em Direito das Relações Públicas pela UFPR. Especialista em Responsabilidade Civil pela UEM. Professor da Faculdade de Direito da UNICURITIBA. Professor da Universidade Tuiuti do Paraná, Professor da Escola da Magistratura do Paraná. Professor do Curso de Mestrado em Direito do CESUMAR – Centro de Ensino Superior de Maringá. Membro fundador da Academia Paranaense de Letras Jurídicas do Paraná.

<sup>2</sup> ALMEIDA, Renata Barbosa de, *Invalidez Matrimoniais: Revisão de sua disciplina jurídica em face do novo conceito de família*, texto publicado no livro *Manual de Direito das Famílias e das Sucessões*, coordenado por Ana Carolina Brochado Teixeira e Gustavo Pereira Leite Ribeiro, Belo Horizonte, Editora Del Rey/Mandamentos/Editora, 2008, p. 89.

<sup>3</sup> Humberto Theodoro Júnior manifesta sua indignação em seu livro, *Comentários ao Código Civil – Dos Defeitos do negócio jurídico ao final do Livro III*, volume III, Tomo I, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2003, p. 253, quando enfatiza, “o homem realmente probo e de conduta irreprochável, em toda linha, não chega a ser, em número, o paradigma das grades massas, ou, pelo menos, não consegue, só com seu exemplo, plasmar um ambiente do qual a conduta leal e sincera seja o único padrão observado. Estranhamente, é nas sociedades mais evoluídas que a fraude se revela com mais frequência e maior intensidade. Parece que o progresso da humanidade se faz, no campo da delinquência, por meio de uma substituição dos hábitos violentos pelas praxes astuciosas. A lei, inspirando-se nas fontes éticas, procurar traçar um projeto de convivência social, onde cada um se comporte honestamente, de modo a respeitar o patrimônio alheio e os valores consagrados pela cultura. O desonesto, porém, consegue sempre camuflar seu comportamento para, sob a falsa aparência de legalidade, atingir um resultado que, à custa do detrimento de outrem, lhe propicie vantagens e proveitos indevidos ou ilícitos”.

família mudou para produzir esse indivíduo”. Portanto, um núcleo familiar constituído por pessoas consciente da realidade que se avizinha antevista por Aldo Huxley, em sua visão futurística presente no Admirável Mundo Novo.

Por isso, a família não é um fruto da sociedade. É a semente da sociedade, segundo assinala Alceu Amoroso Lima. Todavia, em que pese essa importante vocação da família, ela assume, na perspectiva do século XXI, uma nova responsabilidade, como centro de reavivitação da personalidade da pessoa. O ser humano, corroído pelos vícios, marcado pela degradação dos valores em nome da igualdade jurídica, estigmatizado pela frouxidão dos valores fundamentais decorrentes do extraordinário avanço tecnológico, que o convidam ao lazer e ao prazer material, estimulado pelo mau exemplo dos governantes na prática dos atos administrativos em que permeia a corrupção<sup>3</sup> fragmentado pelas informações nocivas, em que predomina a desvalia, presente nos sofisticados órgãos de divulgação – o ser humano passa do estado de perplexidade para o estado hedonista. É o estado de coma dos valores. Triste época!<sup>4</sup>

A família sempre foi depositária dos valores da sociedade. Ela é detentora de uma nova responsabilidade, consistente na reposição dos valores perdidos. Sua condição histórica, assentada nas heranças da família romana, centrada na figura do *pater familiae*, reafirmou o seu propósito de sociedade formadora do cidadão. Por essa razão, Santo

---

<sup>3</sup> Humberto Theodoro Júnior manifesta sua indignação em seu livro, *Comentários ao Código Civil – Dos Defeitos do negócio jurídico ao final do Livro III*, volume III, Tomo I, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2003, p. 253, quando enfatiza, “o homem realmente probo e de conduta irreprochável, em toda linha, não chega a ser, em número, o paradigma das grades massas, ou, pelo menos, não consegue, só com seu exemplo, plasmar um ambiente do qual a conduta leal e sincera seja o único padrão observado. Estranhamente, é nas sociedades mais evoluídas que a fraude se revela com mais freqüência e maior intensidade. Parece que o progresso da humanidade se faz, no campo da delinqüência, por meio de uma substituição dos hábitos violentos pelas praxes astuciosas. A lei, inspirando-se nas fontes éticas, procurar traçar um projeto de convivência social, onde cada um se comporte honestamente, de modo a respeitar o patrimônio alheio e os valores consagrados pela cultura. O desonesto, porém, consegue sempre camuflar seu comportamento para, sob a falsa aparência de legalidade, atingir um resultado que, à custa do detrimento de outrem, lhe propicie vantagens e proveitos indevidos ou ilícitos”.

<sup>4</sup> Oscar Wilde, em sua obra, *A Alma do Homem Sob o Socialismo*, tradução de Heitor Ferreira da Costa, Porto Alegre, L&PM, 2003, p. 27, proclama que, “a admissão da propriedade privada, de fato, prejudicou o individualismo e o obscureceu ao confundir um homem com o que ele possui. Desvirtuou por inteiro o individualismo. Fez do lucro, e não do aperfeiçoamento, o seu objetivo. De modo que o homem passou a achar que o importante era ter, e não viu que o importante era ser. A verdadeira perfeição do homem reside não no que o homem tem, mas no que o homem é. A propriedade privada esmagou o verdadeiro individualismo e criou um individualismo falso. Impediu que uma parcela da comunidade social se individualizasse, fazendo-a passar fome. E também à outra, desviando-a do rumo certo e interpondo-lhe obstáculo no caminho. De fato a personalidade do homem foi tão completamente absorvida por suas posses que a justiça inglesa sempre tratou com um rigor muito maior as transgressões contra a propriedade do que as transgressões contra a pessoa e a propriedade ainda é a garantia da cidadania plena”.

Agostinho<sup>5</sup> proclamou que, “a família humana constitui o início e o elemento essencial da sociedade. Qualquer início tende para um fim da mesma natureza, e qualquer elemento tende para a perfeição do conjunto de que esse elemento é parte”.

“Desnecessário realçar o relevo da família como célula fundamental de qualquer nação bem organizada”, assinala Antonio Chaves<sup>6</sup>. “Ela constitui mesmo – na observação de Fernando Fueyo Laneri – a base e a pedra angular do ordenamento social, não somente porque compõe o grupo natural e irredutível, que tem por missão especial garantir a reprodução e a integração da humanidade por gerações e séculos, mas também porque em seu seio se formam e desenvolvem os mais elevados sentimentos”.

No interior desse cadinho se mesclam os elementos determinantes que serão capazes de formar a estrutura molecular definitiva do cidadão ético<sup>7</sup>. No Brasil, uma nova ordem jurídica, permeada por fundamentos de valores iniciou-se através da Carta Magna de 1988, que Constitucionalizou o direito de família<sup>8</sup>. Uma mensagem de valores, centrado na dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III) e, ampliado através do artigo 5º e incisos da Constituição Federal, bem como, os direitos da personalidade insculpido nos artigos 11 a 21 do Código Civil de 2002, ampliaram fundamentalmente os direitos e garantias da pessoa humana<sup>9</sup>.

Nesse sentido, Luis Edson Fachin<sup>10</sup>, citando Gonçalves Neto destaca que a nova ordem familiar possui uma importante missão, consistente em “... abandonar o positivismo kelseiano para pautar o pensamento jurídico numa outra lógica, numa lógica material, voltada, não mais para um eu ideal, mas para o ser humano real, com seus defeitos e com

<sup>5</sup> SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*, São Paulo, Biblioteca da Cultura Cristã, Editora das Américas S.A., 1964, Livro XIX, cap. XCI, p. 15.

<sup>6</sup> CHAVES, Antonio, *Tratado de Direito Civil – Direito de Família*, vol. 5, tomo I, São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 1991, p. 20

<sup>7</sup> Segundo anotação de Antonio Chaves, em sua obra indicada, p. 20, “a família é não somente fator importantíssimo da vida social, mas também da vida política. Porque quem se submete à disciplina do lar está em muito melhores condições para submeter-se à autoridade do Estado. A ação do casamento e da família sobre a estabilidade e superação do Estado serão, sem embargo, muito maiores, quanto mais estável seja, por sua vez, a própria família”.

<sup>8</sup> Eduardo de Oliveira Leite, proclama em sua obra *Famílias Monoparentais*, 2ª edição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 7, que, “a Constituição Federal de 1988 alterou profundamente a concepção jurídica da família, reconhecendo a importância do mundo fático e atribuindo-lhe relevância que, até então, o mundo jurídico encontrava dificuldade em agasalhar”.

<sup>9</sup> Na opinião de Caio Mário da Silva Pereira, *Instituições de Direito Civil – Direito de Família*, vol. V, obra atualizada por Tânia da Silva Pereira, 14ª edição, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2004, p. 3, “cabe-nos distinguir, as sensíveis mudanças introduzidas pela Carta Magna de 1988 e pelos novos princípios norteadores das relações familiares, indicados, na Doutrina e Jurisprudência. Apesar da resistência de alguns parâmetros, se apresentam como irreversíveis no panorama legislativo, onde se destaca o Código Civil de 2002”.

<sup>10</sup> FACHIN Luis Edson. *Comentários ao Novo Código Civil*, vol. XVIII, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2003, p. 6.

suas paixões, mais precisamente, para um eu que se move e vive as vicissitudes próprias da natureza humana”.

Essas diretrizes têm como proposta a reconstrução dos valores da pessoa, bem como, de repensar o cenário em que se desenrola o espetáculo das cenas cotidianas da família, voltadas para uma nova ordem jurídica em que predomine o respeito aos direitos da personalidade das pessoas. A família é, portanto, na ótica de Rodrigo da Cunha Pereira, “uma base cultural, em que cada membro ocupa o seu lugar e a sua função”. Nesse processo, cada qual desempenha a sua vocação, independentemente das relações biológicas. É por consequência, um centro de convivência onde predomina afeto, bem como, os sentimentos que unem as criaturas humanas, muito aquém dos fenômenos onde predominam os princípios que regem o mundo material.

## **2. O *AFFECTIO MARITALIS* COMO FUNDAMENTO AXIOLÓGICO NAS RELAÇÕES ESPONSAIS.**

A linha de contato nobre entre os cônjuges é o *affectio maritalis*, a exemplo da *affectio societatis* nas sociedades. É o elemento afetivo que cimentam as relações entre as pessoas, no sentido da construção de um projeto de vida na área familiar ou negocial.

Todavia, o que se destaca nessa relação intersubjetiva são os sentimentos na sua mais nobre expressão – o amor, o afeto, a mútua assistência, a fraternidade, a compreensão, a doação, a tolerância, o respeito e a consideração<sup>11</sup>. “A afetividade invade a ciência jurídica transcendendo aos aspectos exclusivamente psicológicos e sociológicos. Como o respeito e consideração mútuos (artigo 1.566, V), a lealdade e respeito (artigo 1.724), o afeto e tolerância não de ser incorporados como valores jurídicos no âmbito das relações familiares”, segundo preleciona Caio Mário da Silva Pereira<sup>12</sup>.

Pode-se dizer que o casamento é a união dos valores de duas pessoas de sexos opostos. A importância sociológica do casamento reside na sua extrema carga axiológica, que a sociedade procura preservar, estimular e defender. Para Maria Helena Diniz<sup>13</sup>, “o matrimônio é a peça-chave de todo sistema social, constituindo o pilar do esquema moral, social e cultural do país. Deveras, Laurent chega até a afirmar que ele é o fundamento da

<sup>11</sup> Na expressão de Renata Barbosa de Almeida (in obra citada, p.101), “Em síntese, na família matrimonial, as pessoas, tendo afeto entre si, se reúnem, através de um procedimento jurídico, em função de estabelecerem uma aliança hábil a fomentar a realização de sua personalidade, isto é, de seu aspecto individualizador”.

<sup>12</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva, ob. cit., p. 40.

<sup>13</sup> DINIZ, Maria Helena, Curso de Direito Civil Brasileiro – Direito de Família, vol. 5º, 17ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 2002, p. 39.

sociedade, base da moralidade pública e privada. O casamento é o vínculo jurídico entre o homem e a mulher que visa o auxílio mútuo material e espiritual, de modo que haja uma integração físico-psíquica e a constituição de uma família”.

Sendo a relação entre os cônjuges pautada por elementos de valor, a quebra desses princípios reflete profundamente na intimidade das pessoas, gerando, por decorrência, danos no plano psicológico das pessoas envolvidas, verdadeira agressão aos direitos da personalidade. Para Yussef Said Cahali<sup>14</sup>, “o casamento faz nascer entre os cônjuges direitos e deveres recíprocos, destacando-se entre eles os deveres de lealdade, respeito, fidelidade e de coabitação”. Além desses deveres, previstos no Código Civil de 1916 (artigo 231, incisos I a IV CCB-16), o atual artigo 1.566, do Código Civil 2002, introduziu um novo inciso V, considerando o “respeito e consideração mútuos”, como um dos fatores de grande valor na relação entre os consortes.

### **3. O NÓ E O NINHO – UMA IDÉIA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR.**

A idéia do nó e do ninho, da historiadora Michelle Perrot<sup>15</sup>, assinala o sentido da nova família que se constrói sobre aquela que se herdou do século XIX. Retrata a realidade que a família sempre representou – um cenário de lutas e desafios entre os seus componentes diante dos acontecimentos da vida, bem como, apresenta a sociedade conjugal como um refúgio das lutas diárias enfrentadas diante das difíceis agruras da vida em sociedade<sup>16</sup>. O cenário lá fora é de lutas renhidas. Dentro da família, haurimos o calor humano, refazemo-nos do campo de batalhas. Choramos, lamentamos, desabafamos e colocamo-nos em prece sentida. O lar é realmente o nosso refúgio, local em que nos refazemos física e espiritualmente das imensas dificuldades enfrentadas no trânsito pela vida.

“A família é o laboratório de vivências das mais expressivas de que necessita o ser humano, no seu processo de evolução, porquanto, no mesmo clã, os indivíduos são conhecidos, não podendo disfarçar os valores que os tipificam”, assinala Divaldo Pereira Franco<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> CAHALI, Yussef Said, *Dano Moral*, 2ª edição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1998, p. 663.

<sup>15</sup> PERROT, Michele, *Revista VEJA – 25 anos, reflexão para o futuro*, São Paulo, editora Abril, 1990, p. 75/81.

<sup>16</sup> Nesse particular aspecto, Michele Perrot, na página 81 da sua obra assinala, “a casa é, cada vez mais, o centro da existência. O lar oferece, num mundo duro, um abrigo, uma proteção, um pouco de calor humano”.

<sup>17</sup> FRANCO, Divaldo Pereira, *O Despertar do Espírito*, Salvador, Bahia, Editora Espírita Alvorada, 2000, p. 136.

Somente o sentido da convivência de pessoas identificadas com o ideal de solidariedade e fraternidade justifica a sociedade familiar<sup>18</sup>. O casamento deve ser vislumbrado como uma oportunidade que o Supremo Artífice dos mundos nos oportunizou para que juntos – marido e mulher – pudessem compartilhar dos momentos alegres e difíceis da existência. E, sendo assim, suportar com resignação compartilhada as dificuldades da nossa jornada, bem como, para permitir que pudéssemos pensar e planejar em conjunto as alternativas das escolhas na vida – afinal, duas cabeças pensam melhor do que uma apenas. “Dessa maneira, a família, aponta Maria Alice Zaratim Lotufo<sup>19</sup> - tal como o Estado – perseguiria um fim ético superior aos interesses individuais de seus membros. O que caracteriza este organismo seriam os vínculos de interdependência entre as pessoas e a sua dependência a um fim superior”. Portanto, a família cria em torno de si um acentuado grau de carga de valores, a demonstrar a realidade da existência do nó e do ninho.

Na intimidade da família reavia-se a linguagem esquecida, isto porque, no centro desse núcleo social, “aprende-se a amar e a cuidar dos outros pelo contato com eles, e aprende-se a refrear impulsos de hostilidade e egoísmo por amor aos outros, ou pelo menos por temor a eles”<sup>20</sup>. É nesse ambiente, de ambivalências, que se testa a capacidade de sentir e agir. Fala-se hoje, da influência que a família exerce na formação da personalidade das pessoas – aquele cidadão tem berço! Uma alusão aos pontos de valores que a família consegue transmitir aos seus filhos. Não se pode abandonar essa concepção familiar, construída sob a égide de uma constelação de astros que gravitam em torno de um sol que oferece luz, calor e que, de uma forma suave, aprisiona gravitacionalmente todos os seres que se encontram a ela atrelados pelas forças da atração. Por essa razão, Michele Perrot<sup>21</sup> proclama, “o que se gostaria de conservar da família, no terceiro milênio, são os seus aspectos positivos: a solidariedade, a fraternidade, a ajuda mútua, os laços de afeto e o amor. Belo sonho”.

Na realidade, não se trata apenas de um sonho, mas, sobretudo, de uma realidade para o novo modelo de família que se desenha. Somente será possível reformar a

---

<sup>18</sup> Segundo Maria Helena Diniz, em sua obra citada, página 22, “Lévy-Bruhl chega até a dizer que o traço dominante da evolução da família é a sua tendência em tornar o grupo familiar cada vez menos organizado e hierarquizado, fundando-se cada vez mais na afeição mútua, que estabelece plena comunhão de vida”.

<sup>19</sup> LOTUFO, Maria Alice Zaratim, Curso Avançado de Direito Civil – Direito de Família, vol. 5, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1992, p. 27.

<sup>20</sup> FROMM, Erich, A Linguagem esquecida, 8ª edição, Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan AS, 1983, p. 34.

<sup>21</sup> PERROT, Michele, op. cit., p. 81.

sociedade, mediante a consolidação das bases axiológicas que conferidas à estabilidade família, em razão da sua importante função celular no tecido social.

#### 4. AS CARGAS VALORATIVAS DA FAMÍLIA, PRESENTES NO CÓDIGO CIVIL DE 2002.

É irretorquível que os elementos de valor que fazem parte da estrutura da família, representam pontos sensíveis nas relações entre as pessoas. Os rompimentos das relações conjugais, no geral, são pautados pelas ofensas aos deveres de ambos os cônjuges no casamento, que se encontram previstos no artigo 1.566, incisos I a V, do CCB-2002<sup>22</sup>. Esses rompimentos constituem causas geradoras de dor-sentimento que fere visceralmente as pessoas, retirando delas expressivas cargas de valores que afetam profundamente as pessoas na sua estrutura física e psicológica. Segundo leciona Eduardo de Oliveira Leite<sup>23</sup>, “Resumindo, a ruptura, o separar-se das pessoas a quem se está efetivamente ligado costuma causar tristeza e dor, mesmo nas separações provisórias, mas sobretudo, nas definitivas. E a dor causada pela ruptura não se estanca – como se costuma veicular empiricamente – na sentença da separação ou do divórcio, a dor acompanha os cônjuges (e filhos) por longos períodos”. Portanto, é inequívocos que toda separação ou divórcio são procedimentos traumáticos, que ferem profundamente os separados e divorciados ensejando tristezas que refletem intensamente nos espíritos dessas pessoas. De acordo com Carlos Roberto Gonçalves<sup>24</sup>, “o sistema jurídico brasileiro admite, na separação e no divórcio, a indenização por dano moral. Juridicamente, portanto, tal pedido é possível: responde pela indenização o cônjuge responsável exclusivo pela reparação. Caso em que, diante do comportamento injurioso do cônjuge varão, a Turma conheceu do especial e deu provimento ao recurso por ofensa ao artigo 159, do

---

<sup>22</sup> OLIVEIRA/HIRONAKA, Euclides de e Giselda Maria Fernandes Novaes, *Direito de Família e o Novo Código Civil*, obra coordenada por Maria Berenice Dias e Rodrigo da Cunha Pereira, sobre o tema, *Do Casamento*, 2ª edição, Belo Horizonte, Editora Del Rey, 2001, p. 15, ensinam que, “ao explicitar os deveres conjugais, o novo Código Civil restringe-se aos deveres mútuos, que competem igualmente tanto ao marido quanto à mulher. Seu artigo 1.566 repete os dispositivos do Código de 1916, artigo 231, e enumera os deveres de fidelidade, recíproca, vida em comum, assistência e sustento, guarda e educação dos filhos, mas acrescenta o dever de respeito e considerações mútuos, como prevê a Lei número 9.278/96 com relação aos conviventes em união estável. O acréscimo talvez pareça demasia, mas tem a sua utilidade por enfatizar o dever de tratamento respeitoso que se devem os cônjuges no exercício da comunhão de vida familiar, afastando, por consequência, as condutas inadequadas de ofensas físicas ou morais que a doutrina e a jurisprudência enquadram na configuração da sevícia e da injúria grave”.

<sup>23</sup> LEITE, Eduardo de Oliveira, *Reparação do dano moral na ruptura da sociedade conjugal*, texto publicado no livro *Grandes Temas da Atualidade – Dano Moral*, coordenado por Eduardo de Oliveira Leite, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2002, p. 131.

<sup>24</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto, *Responsabilidade Civil*, 8ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 2003, p. 85.

Código Civil de 1916, para a obrigação de se ressarcirem danos morais (In REsp. 37.051-0, 3ª Turma, Rel. Min. Nilson Naves, j. 17.04.2001)”.

A ação de indenização, nesse caso, decorre da violação de um dever contratual, que se encontram prescritos no artigo 1.566 e incisos, do CCB. Segundo Carlos Roberto Gonçalves<sup>25</sup>, “por ser o casamento um contrato, embora especial e de Direito de Família, a responsabilidade civil nas relações conjugais é contratual, de forma que a culpa do infrator emerge do descumprimento do dever assumido, bastando ao ofendido demonstrar a infração e os danos oriundos para que se estabeleças o efeito, que é responsabilidade do faltoso”. É notório que se está na esfera da ofensa aos danos de natureza extra-patrimonial. Isto porque, no geral, as ofensas perpetradas pelo cônjuge culpado aviltam os deveres de “respeito e consideração mútuos”. O que não dizer do dever “de fidelidade recíproca” que se funda na confiança depositada no outro consorte. E, no caso de violação do referido dever, representa fato capaz de gerar enormes dissabores psicológicos na estrutura psíquica do cônjuge vítima. Inácio de Carvalho Neto<sup>26</sup> pontifica que, “desse modo, desde que identificado (no exame do caso concreto) a existência de um procedimento gravemente injurioso envolvendo o ato de arrependimento, com injusta agressão à dignidade, à estima e ao respeito, que o ofendido não faz por merecer, evidencia-se a ocorrência de um dano moral passível de reparação”.

A dignidade humana, na sua mais ampla acepção, foi constitucionalizada (artigo 1º, inciso III, da CF/88). “Ao assim fazer, apontam Carlos Alberto Menezes Direito e Sérgio Cavalieri Filho<sup>27</sup>, a Constituição deu ao dano moral uma nova feição e maior dimensão, porque a dignidade humana nada mais é do que a base de todos os valores morais, a essência de todos os direitos personalíssimos. O direito à honra, à imagem, ao nome, à intimidade, à privacidade ou a qualquer outro direito da personalidade, todos estão englobados no direito à dignidade, verdadeiro fundamento e essência de cada preceito constitucional relativo aos direitos da pessoa humana”. Portanto, a ofensa aos deveres decorrentes do casamento agride a personalidade dos agentes ligados ao núcleo familiar, gerando reflexos na dignidade dessas pessoas. Portanto, a quebra dos deveres inerentes ao casamento é gerador de traumas que se perpetuam na intimidade das pessoas, em

<sup>25</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto, *op. cit.*, p. 84.

<sup>26</sup> CARVALHO NETO, Inácio de, *Responsabilidade Civil no Direito de Família*, Vol. IX, Curitiba, Editora Juruá, 2002, p. 491.

<sup>27</sup> DIREITO/CAVALIERI FILHO, Carlos Alberto Menezes e Sérgio, *Comentários ao Novo Código Civil*, vol. XIII, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2004, p.101.

razão da dissolução de uma união fundada na confiança e no amor – sentimentos nobres presentes no espírito humano<sup>28</sup>.

Na perspectiva de Rui Stoco<sup>29</sup>, “com a celebração do casamento, cria-se à família legítima e nascem para os cônjuges situações jurídicas que lhes impõem direitos e deveres recíprocos. Tais direitos e deveres fundam-se, segundo observação de Yussef Said Cahali, não só nas leis como nos princípios do bem agir; em nenhum outro campo do direito, mais do que neste, influem a religião, os costumes e a moral”. E, nem poderia ser diferente, isto porque, é no ambiente familiar que são preservados os princípios de moralidade e ética. Daí porque, a carga valorativa no núcleo familiar é o elemento que se sobressai nas condutas dos consortes<sup>30</sup>. Por ocasião do rompimento desses deveres de valor, a sociedade perde os seus fins – os cônjuges ficam dissociados das suas referências, criando situações de perda de referências e objetivos importantes na condução da vida social, pessoal e profissional.

##### 5. OS DANOS MORAIS ORIUNDOS DAS RELAÇÕES FAMILIARES.

No ambiente familiar prevalece a idéia de valor. É a sede onde se pratica as ações de conteúdo ético. O dano moral decorrente da ofensa a esses valores refletem, de forma profunda, na intimidade das pessoas lesadas. Segundo Caio Mário da Silva Pereira<sup>31</sup>, “não existe um critério pré-ordenado, outrossim, para a definição do que se compreende como conduta desonrosa, prevista no artigo 1.573, VI, do CCB-2002. É de se considerar todo comportamento de um dos cônjuges, que implique granjear menosprezo no ambiente familiar ou no meio social em que vive o casal”.

As ofensas praticadas pelos cônjuges no ambiente familiar contra o seu consorte são, no geral, pautadas por profundas fissuras na intimidade das pessoas. As agressões

<sup>28</sup> Eduardo de Oliveira Leite, no seu texto *Reparação do Dano Moral na Ruptura da Sociedade Conjugal* (In obra citada, p. 132) proclama que, “O divórcio não se resolve na sala de Audiência, mas deixa resíduos imperceptíveis que atingem as pessoas dos divorciados (ex-marido e ex-mulher), a família e toda a sociedade. Quando um casal se divorcia a ruptura atinge o outro cônjuge, os filhos, os parentes e amigos, colegas de profissão, estilo de vida, posição socioeconômica, auto-estima e significado de vida. Tudo desmorona criando uma sensação de vazio e de perda, de difícil compensação”.

<sup>29</sup> STOCO, Rui, *Tratado de Responsabilidade Civil*, 6ª edição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2004, p. 771.

<sup>30</sup> Na opinião de Antonio Chaves, em sua obra indicada, página 280, “para Clovis Bevilacqua, a fidelidade representa a natural expressão da monogamia; não a constitui, tão somente, um dever moral; o direito o exige, igualmente, em nome dos superiores interesses da sociedade. Acrescenta Eduardo Espínola que a união legítima falharia não somente a sua consideração moral, mas ainda à finalidade social e jurídica se não impusesse primordialmente a cada um dos esposos o dever de fidelidade nas relações de afeto de natureza conjugal. Nesse terreno a maior e mais grave violação é o adultério, mas ainda sem chegar a esse extremo, pode haver manifestações inequívocas de infidelidade que constituam injúrias graves”.

<sup>31</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva, op. cit., p. 264.

verbais perpetradas pelo cônjuge, que conhece a intimidade, os pontos fragilizados, os desvios de conduta e, as inseguranças do seu consorte, atingem de forma visceral a intimidade do outro<sup>32</sup>. Nesse caso, os danos morais levados a efeito nessas condições, são de grande magnitude. É comum, nesse ambiente hostil a consumação dos mais diversos tipos de agressões, conseqüências da reação violenta que são perpetradas pela pessoa agredida. Os homicídios passionais são freqüentes. Envolvido pela emoção do momento, o ser fragilizado reage, abarcado que se encontra pelas poderosas energias destrutivas que passam a comandar a sua ação. O dano moral é o resultado conseqüente dessa gama de situações lamentáveis, quando restarem devidamente demonstradas que as ofensas foram a causa geradora de calúnia, injúria ou difamação<sup>33</sup>. No pensamento de Eduardo de Oliveira Leite<sup>34</sup>, “è a dor causada pelo rompimento inopinado, a mágoa que destrói todo um projeto de vida e a inquestionável desmoralização social que geram o dever de indenizar”. Esse tipo de dor na maioria das vèzes transcende os limites de suportabilidade do espírito humano, posto que excedam a fronteira humilhação em determinados casos. Veja por exemplo, o caso narrado no voto do Ministro Nilson Naves do STJ<sup>35</sup> que retratam a realidade dos casos vivenciados nos tribunais: “Os vexames impostos pelo marido à mulher, inclusive em público durante longo período, são atestados pela prova colhida na instrução, conforme frisado. Os danos morais decorrem no caso não só das sevícias praticadas, como da humilhação a que a mulher precisou se submeter quando precisou sobreviver à custa da caridade de amigos tão logo deixou o lar conjugal por temer por sua integridade física”. Portanto, uma dor humilhação que fere e causa profundos desgostos no ser humano, aviltando-o em sua dignidade e em seus elementares direitos.

---

<sup>32</sup> Para Carlos Alberto Menezes Direito e Sérgio Cavalieri Filho, em sua obra citada, página 101, “qualquer agressão à dignidade pessoal lesiona a honra, constitui dano moral e é por isso indenizável. Valores como a liberdade, a inteligência, o trabalho, a honestidade, aceitos pelo homem comum, formam a realidade axiológica a que todos estamos sujeitos. Ofensas a tais postulados exige compensação indenizatória”. (In Ap. Cível 40.541 – Rel. Dês. Xavier Vieira, in ADCOAS 144.719).

<sup>33</sup> Segundo Antonio Chaves, in Tratado de Direito Civil, 3ª edição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1985, v. III, p. 637, “propugnar pela mais ampla ressarcibilidade do dano moral não implica no reconhecimento que todo e qualquer melindre, toda suscetibilidade exacerbada, toda exaltação do amor próprio, pretensamente ferido, a mais suave sobra, o mais ligeiro roçar de asas de uma borboleta, mimos escrupulos, delicadezas excessivas, ilusões insignificantes desfeitas, possibilitem sejam extraídas da caixa de Pandora do Direito, centenas de milhares de cruzeiros”. No mesmo sentido, Luiz da Cunha Gonçalves, in Tratado de Direito Civil, 2ª edição, São Paulo, Editora Max Limonad, 1957, v. XII, t. II, p. 547, argumenta, “a reparação não é devida a quaisquer carpideiras. Não basta fingir dor, alegar qualquer espécie de mágoa; há gradações e motivos a provar e que os tribunais possam tomar a sério”.

<sup>34</sup> LEITE, Eduardo de Oliveira, op. cit., p. 141.

<sup>35</sup> STJ – REsp. 37051/SP - Relator: Min. Nilson Naves – 3 Turma – julgado em 17.04.2001 –DJU de 25.06.201, p. 247.

Para Humberto Theodoro Junior<sup>36</sup>, “viver em sociedade e sob o impacto constante de direitos e deveres tanto jurídicos como éticos sociais, provoca, sem dúvida, freqüentes e inevitáveis conflitos aborrecimentos, com evidentes reflexos psicológicos, que, em muitos casos, chegam mesmo a provocar abusos e danos de monta”. E, adiante, na página 45, o mesmo autor conclui, “enfim, entre os elementos essenciais à caracterização da responsabilidade civil por dano moral, não de se incluir, necessariamente, a ilicitude da conduta do agente e a gravidade de lesão suportada pela vítima<sup>37</sup>”. Todavia, não os meros aborrecimentos ou situações desagradáveis que normalmente ocorrem na vida cotidiana de qualquer casal. Mas, os dissabores que provocam profundo traumatismo na pessoa do outro consorte, gerando perturbações capazes de ensejar reflexos na área emocional e física da pessoa atingida<sup>38</sup>.

Segundo Eduardo de Oliveira Leite<sup>39</sup>, “A ocorrência de conduta antijurídica geram sofrimentos e, por isso mesmo, o cônjuge inocente deve ser ressarcido dos danos efetivamente sofrido, ou como afirmou Antonio Jeová Santos, em expressiva síntese: *desde que a vida de casado tenha sido martirizante para um dos cônjuge em face de conduta desviantes do parceiro, e se desses atos advierem profundo mal estar espiritual e angústia, não há porque deixar o cônjuge que não deu causa à ruptura da vida em comum de postular danos morais*”.

Comprovadas essas situações, serão inquestionáveis os danos morais produzidos, com o inevitável direito de o consorte vítima promover ação indenizatória por perdas e danos (se for o caso) cumulada com danos morais ou, exclusivamente, a indenização pelos danos imateriais decorrentes.

## **6. O PROCESSO DE INDENIZAÇÃO DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS.**

Não basta, todavia, a evidência do dano por maior que seja. Sempre será necessária a conjugação de outros elementos configuradores da ação de indenização por danos

---

<sup>36</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto, Comentários ao Novo Código Civil, volume III, Tomo II, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2003, p. 43.

<sup>37</sup> OFENSA ESCRITA NOS AUTOS. Injúrias irrogadas pela esposa ao marido em depoimento pessoal. Ofensas que justificam a separação por demonstrarem a intolerabilidade da vida em comum. (In RT 250/134).

<sup>38</sup> Segundo ensinam Carlos Alberto Menezes Direito e Sérgio Cavaleiri Filho, em sua obra citada, p. 103, “mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além, de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo”.

<sup>39</sup> LEITE, Eduardo de Oliveira, Grandes Temas da Atualidade – Dano Moral. Aspectos Constitucionais, Civis, Penais e Trabalhistas, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2002, p. 144.

patrimoniais e extra-patrimoniais. A esse respeito, Humberto Theodoro Junior<sup>40</sup> esclarece que, “para, no entanto, chegar-se à configuração do dever de indenizar, não será suficiente ao ofendido demonstrar sua dor. Somente ocorrerá a responsabilidade civil caso reúnam-se os seus elementos essenciais: dano, ilicitude e nexa causal. Se o incômodo é pequeno (irrelevante) e se, mesmo sendo grave, não corresponde a um comportamento indevido (licitude), obviamente não se manifestará o dever de indenizar (ausência da responsabilidade civil, cogitada no artigo 186, do CCB)”. Aliás, o Enunciado do STJ 186 que prescreve: “O dano moral, assim compreendido todo o dano extrapatrimonial não se caracteriza quando há mero aborrecimento inerente ao prejuízo material”. Portanto, para se caracterizar o dano moral no direito de família, impõe-se a priori, que os fatos havidos no processo de separação ou divórcio sejam litigiosos e decorram de ofensas graves, que afetaram profundamente os sentimentos-valores de um dos consortes. Aliás, nesse sentido se moldou o legislador ao exigir que a separação judicial decorra de “...ato que importe grave violação dos deveres do casamento e torne insuportável a vida em comum”, como prescrito pelo artigo 1.572 do Código Civil. Portanto, a violação há que ser grave, que seja capaz de tornar a vida em comum absolutamente insuportável, daí porque, meros aborrecimentos não se enquadram na categoria de danos que possam afetar substancialmente os valores presentes na pessoa de um dos conjuges.

Por sua vez, a norma contida no artigo 186, do CC prescreve com a clareza presente no texto, que a indenização deriva da prática de um ato ilícito, correspondente à violação da ordem jurídica, que cause dano a outrem. Para Rui Stoco<sup>41</sup>, “segundo a doutrina e a jurisprudência pacíficas, não basta o ato ilícito. Dele deve decorrer um dano, seja de ordem material ou moral. A questão da prova do dano posta-se **a latere** e não interfere na substância e origem conceitual no dever de indenizar. Portanto, sem o binômio ato ilícito+dano não nasce a obrigação de indenizar ou de compensar, embora o autor da conduta fique sujeito à desconstituição do ato ou à sua anulação”. São por consequência, esses os pressupostos formais que ensejam para o lesado, o direito de promover a ação indenizatória.

Na mesma linha de conduta, Carlos Alberto Menezes Direito e Sérgio Cavaleiri Filho<sup>42</sup> proclamam, “não há responsabilidade, em qualquer modalidade, sem violação do dever jurídico preexistente, uma vez que responsabilidade pressupõe o descumprimento

<sup>40</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto, obra citada, p. 44.

<sup>41</sup> STOCO, Rui, obra citada, p. 124.

<sup>42</sup> DIREITO/CAVALIERI FILHO], Carlos Alberto Menezes e Sérgio, obra citada, p. 51.

de uma obrigação; para identificar o responsável é necessário precisar o dever jurídico violado e quem o descumpriu. A identificação do dever jurídico violado, por sua vez, importará em determinar com rigor os atos que o obrigado deveria ter praticado e não praticou”. Assim, o dever violado é ponto crucial nessa questão, já que no casamento a violação dos deveres inerentes ao matrimônio, como já foi afirmado, é causa geradora de profundos reflexos na intimidade dos consortes.

Por sua vez, Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery<sup>43</sup> ensinam que, “a responsabilidade civil é consequência da imputação civil do dano à pessoa que lhe deu causa ou que responda pela indenização correspondente, nos termos da lei ou do contrato. A indenização devida pelo responsável pode ter natureza compensatória e/ou reparatória do dano causado”.

Nesse sentido, a indenização dos danos ocorridos no ambiente familiar, diferentemente do que se observa no ambiente contratual ou negocial, deverá se restringir aos danos imateriais, ou seja, danos morais ou aquelas ofensas que ferem de forma profunda a pessoa. No dizer do relator Ministro Carlos Fernando Mathias – Juiz convocado do TRF 1ª Região<sup>44</sup>: “A propósito, anote-se que, a Constituição assegura o direito de indenização por violação da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. É em síntese, enfatize-se, a indenização por dano moral, cujo conceito, evidentemente, ampliou-se em muito no regime da nova lei fundamental”. Assim, no caso dessas violações que se operam na intimidade dos consortes durante o processo de separação judicial, que emergem os danos morais na sua expressão maior. Poderão, todavia, ocorrer situações raras em que seja possível a reparação por perdas e danos – danos emergentes e lucros cessantes. Nesses casos, a prova do prejuízo efetivo (danos emergentes) deverá ser objeto de prova real – diferentemente dos danos morais que se tratam, segundo iterativa doutrina e jurisprudência, de *dannum in re ipsa*, ou seja, decorrente do fato lesivo. E, ainda, lucros cessantes – o que razoavelmente o devedor deixou de lucrar – que dependem substancialmente de provas efetivas.

## 7. A ORIENTAÇÃO PREDOMINANTE DAS CORTES DE JUSTIÇA BRASILEIRA.

<sup>43</sup> NERY JUNIOR/NERY, Nelson e Rosa Maria de Andrade, Código Civil Anotado e Legislação extravagante, 2ª edição, São Paulo Editora Revista dos Tribunais, 2003.

<sup>44</sup> In STJ – REsp. 913.131/BA – Relator: Min. Carlos Fernando Mathias (Juiz Convocado do TRF 1ª Região – julgado em 06.10.2008 – DJU 16.09.2008.

Configurado o dano moral, oriundo da ofensa aos deveres inerentes ao casamento, a orientação pacificada dos Tribunais tem sido no sentido da condenação do consorte agressor ao dever de indenizar<sup>45</sup>.

Nessa direção, poderá ser observada a posição do Superior Tribunal de Justiça, quando proclama, “o sistema jurídico brasileiro admite, na separação ou no divórcio, a indenização por danos moral. Juridicamente, portanto, tal pedido é possível: responde pela indenização o cônjuge responsável exclusivo pela separação. Caso em que, diante do comportamento injurioso do cônjuge varão, a Turma conheceu do especial e deu provimento ao recurso, por ofensa ao artigo 159 (atual 186, do CCB-2002), para admitir a obrigação de se ressarcirem danos morais.” (In STJ – 3ª Turma – REsp. 37.051 – Rel. Nilson Naves – j. 17.04.2001 – DJU 25.06.2001 e RSTJ 151;247).

Nos casos ofensivos à dignidade de um dos cônjuges é inquestionável o direito à reparação dos danos morais, consoante se depreende da decisão em apreço, “a atitude da ré, sem dúvida alguma, constitui uma agressão à dignidade pessoal do autor, ofensa que constitui dano moral, que exige compensação indenizatória pelo gravame sofrido. De fato, dano moral, como é sabido, é todo sofrimento humano resultante de lesão de direito da personalidade, cujo conteúdo é a dor, o espanto, a emoção, a vergonha, em geral uma dolorosa sensação experimentada pela pessoa. Não se pode negar que a atitude da ré que difundiu, por motivos escusos, um estado de gravidez inexistente, provocou um agravo moral que requer reparação, com perturbações nas relações psíquicas, na tranqüilidade nos sentimentos e nos afetos do autor, alcançando, desta forma, os direitos da personalidade agasalhados nos incisos V e X, do artigo 5º, da CF/88”. (In 6ª Câmara de Direito Privado do TJSP – Apel. 272.221-1/2 – 10.10.1996).

Nas situações em que o rompimento da relação conjugal ocorreu por decorrência de vulneração ao princípio da fidelidade, a repercussão será capaz de gerar danos morais de grande magnitude, segundo constata-se na decisão apontada, “Indenização. Dano moral e material. Adultério. Nascimento de uma criança na constância do casamento. Paternidade admitida pelo marido. Presunção. Pai biológico um terceiro. Indenização devida. Procedência. Sentença reformada. Apelo provido, em parte. Agravo improvido. Parece

---

<sup>45</sup>De acordo com o entendimento de Rui Stoco, em sua obra *Tratado de Responsabilidade Civil*, obra citada, na página 771, “a violação dos deveres explícitos ou implícitos do casamento, constituindo ofensa à honra e à dignidade do consorte, caracteriza injúria grave, e, por conseguinte, pressuposto autorizador da separação judicial. A separação judicial ou o divórcio importam em um dano para o cônjuge atingido pela conduta antijurídica do outro, violadora dos valores conjugais que sustentam as relações familiares, ensejando a reparação dos danos meramente patrimoniais, como também dos danos morais”.

plausível, assim postos os fatos, admitir-se que o apelante sofreu um dano moral, quer com o adultério confirmado pela conduta da ex-mulher, quer pelo fato de ter assumido a paternidade de uma filha que não era sua, em decorrência da conduta da mulher. O pleito tem suporte no artigo 159, do Código Civil (atual artigo 186)". (In TJSP – 6ª Cam. Direito Público – Ap. Cível 103.663-4 – Rel. Octavio Helene – j. em 31.08.2000 – JTJ-LEX).

Nessa linha de conduta, os Tribunais vêm acolhendo, de forma reiterada, a indenização por danos morais quando oriundos da quebra dos deveres nascidos das relações matrimoniais, que tenham gerado ofensas ao princípio da dignidade dos consortes. Eduardo de Oliveira Leite<sup>46</sup> conclui de forma precisa: "Ou seja, o cônjuge responsável pela ruptura da sociedade conjugal terá o dever de reparar os danos morais acarretados ao conjuge inocente (ou menos culpado) pelo rompimento do casamento".

Essas situações evidenciam a maturidade dos julgadores brasileiros, preocupados com a preservação dos valores na estrutura da familiar. Para tanto, estão cientes de que a indenização decorrente da quebra desses princípios, sempre implicará na responsabilização dos agentes que ofendem as regras de valor presentes na instituição familiar.

## 8. CONCLUSÕES

É no ambiente familiar que vicejam as idéias de valor. O ninho capaz de restaurar e reaviventar as energias consumidas no stress diário, presentes no ambiente agitado e repleto de riscos das mais diferentes naturezas. Por essa razão, sendo a família o centro nuclear de valores, o Estado, através da Norma Constitucional, demonstra a sua preocupação ao oferecer especial proteção à família.

A própria união matrimonializada, consumada através da *affectio maritalis*, justifica a preocupação do legislador em proteger a instituição familiar em razão da sua enorme carga axiológica.

Os conflitos oriundos desse ambiente familiar acarretam rupturas de grande magnitude, gerando, na maioria dos casos, fissuras nos sentimentos das pessoas que se encontram integradas no ambiente familiar.

Os danos morais oriundos dessas rupturas acarretaram prejuízos emocionais, que afetam de forma substancial a intimidade dos seus parceiros.

---

<sup>46</sup> LEITE, Eduardo de Oliveira, op. cit., p. 153.

A postura doutrinária e a jurisprudenciais presentes no ambiente familiar, vêm acolhendo a pretensão indenizatória dos cônjuges que foram vítimas da ação culposa e danosa perpetradas pelos seus parceiros irresponsáveis e, violadores das normas éticas presentes na sociedade matrimonializada.

Trata-se de uma postura que confirma a vocação legislativa, doutrinária e jurisprudencial. Por sua vez, os magistrados estão conscientes de que o humanismo só se constrói na solidariedade com o outro – ou seja, na relação em que predomina o afeto e o amor. Esses valores fundamentais sempre serão imprescindíveis na relação consorcial, com o propósito de manter a integridade da instituição familiar.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo, *A Cidade de Deus*, São Paulo, Biblioteca da Cultura Cristã, Editora das Américas SA, 1964.
- CAHALI, Yussef Said, *Dano Moral*, 2ª edição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1998.
- CARVALHO NETO, Inácio de, *Responsabilidade Civil no Direito de Família*, Curitiba, Editora Juruá, 2002.
- CHAVES, Antonio, *Tratado de Direito Civil – Direito de Família*, vol. 5, tomo 1, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1991.
- CUNHA PEREIRA, Rodrigo da, *Direito de Família Contemporâneo – obra coordenada por Rodrigo da Cunha Pereira*, Belho Horizonte, Editora Del Rey, 1997.
- DE OLIVEIRA/MUNIZ, José Lamartine Côrrea e Francisco José Ferreira, *Curso de Direito de Família*, 2ª edição, Curitiba, Editora Juruá, 1998.
- DIAS/CUNHA PEREIRA, Maria Berenice e Rodrigo da, *Direito de Família e o Novo Código Civil*, 2ª edição, Belo Horizonte, Editora Del Rey, 2002.
- DINIZ, Maria Helena, *Curso de Direito Civil Brasileiro – Direito de Família*, 17ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 2002.
- FACHIN, Luiz Edson, *Comentários ao Novo Código Civil*, vol. XVIII, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2003.
- FRANCO, Divaldo Pereira, *O Despertar do Espírito*, Salvador, Editora Espírita Alvorada, 2000.
- FROMM, Erich, *A Linguagem Esquecida*, 8ª edição, Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan SA, 1983.
- GONÇALVES, Carlos Roberto, *Responsabilidade Civil*, 8ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 2003.
- LEITE, Eduardo de Oliveira, *Famílias Monoparentais*, 2ª edição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2003.
- LEITE, Eduardo de Oliveira, *Grandes Temas da Atualidade – Dano Moral*, com o artigo sob o título *Reparação do dano moral na ruptura da sociedade conjugal*, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2002.
- LOTUFO, Maria Alice Zaratini, *Curso Avançado de Direito Civil – Direito de Família – vol. 5*, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2002.

MENEZES/CAVALIERI FILHO, Comentários ao Novo Código Civil, volume XIII, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2004.

NERY JUNIOR/NERY, Nelson e Rosa Maria de Andrade, Código Civil Comentado – Legislação Extravagante, 2ª edição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2003.

OLIVEIRA/HIRONAKA, Euclides de e Giselda Maria Fernandes, Direito de Família e o Novo Código Civil, obra coordenada por Maria Berenica Dias e Rodrigo da Cunha Pereira, sobre o tema, Do Casamento, 2ª edição, Belo Horizonte, Editora Del Rey, 2001.

PEREIRA, Caio Mário da Silva, Instituições de Direito Civil – Direito de Família, 14ª edição, vol.V, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2004.

PERROT, Michele, VEJA 25 ANOS – Reflexão para o Futuro, São Paulo, Editora Abril, 1990.

RODRIGUES, Silvio, Direito Civil – Direito de Família, vol. 6, São Paulo, Editora Saraiva, 2002.

STOCO, Rui, Tratado de Responsabilidade Civil, 6ª edição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2004.

THEODORO JUNIOR, Humberto, Comentários ao Novo Código Civil, volume III, tomo II, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2003.

\_\_\_\_\_, Comentários ao Novo Código Civil, volume III, tomo I, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2003.

WILDE, Oscar, A Alma do Homem sob o Socialismo, tradução de Heitor Ferreira da Costa, Porto Alegre, L&PM, 2003.

